

Educação e neoliberalismo no Brasil: reflexões sobre as implicações na profissão docente

Weliton Martins da Silva
Cassiano Telles
Luiz Gilberto Kronbauer

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir que maneira as propostas neoliberais implantadas no Brasil a partir dos anos 1990 têm impactado a Educação brasileira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com análise baseada na produção bibliográfica relativa ao tema, buscando trazer contribuições significativas para a reflexão da temática. Para melhor compreensão foi necessário pensar o desenvolvimento do capitalismo, suas características; do liberalismo ao Keynesianismo, e a adoção das medidas neoliberais. Concluímos que as estratégias e discursos das políticas públicas educacionais continuam a apresentar a Educação como prioridade. Entretanto, o discurso da valorização da Educação e do professor sobrepõe-se às práticas contraditórias destas políticas, que na verdade, pouco avança no processo de valorização da docência, tornando o professor um produto neste processo e, ainda que, o discurso emane a valorização do professor, o que se percebe é a precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: Medidas neoliberais. Mercado. Educação. Profissão docente.

Education and neoliberalismo in Brazil: reflections on the implications on the teaching profession

Abstract: This article aims to discuss how neoliberal proposals implemented in Brazil since the 1990s have impacted the Brazilian education. This is a qualitative research, with analysis based on bibliographic production concerning the theme, seeking to bring significant contributions to the examination of the matter. For better understanding it was necessary to think of the development of capitalism, its characteristics; liberalism to Keynesianism, and the adoption of neoliberal policies. We conclude that the strategies and discourses of educational public policies continue to have education as priority. However, the discourse of valuing education and teacher overrides the conflicting practices of these policies, which actually little progress in the teaching recovery process, making the teacher a product in this process and, even if the discourse emanates appreciation teacher, what we see is the precariousness of teaching.

Keywords: Neoliberal measures. Marketplace. Education. Teaching profession.

Introdução

Diante do cenário atual e dos processos de transformação ocorridos em escala mundial nas últimas duas décadas do século XX, não se pode negar que o capitalismo tornou-se hegemonicamente o sistema econômico mundial. Sua consolidação ocorre a partir da Revolução Industrial, transformando e se adequando, acima de tudo, a lógica que privilegia o valor de troca, onde tudo deve ser mercadoria para contribuir para o acúmulo de capital.

Em suas características próprias o sistema convive com o antagonismo de uma sociedade onde existe uma minoria que detém o capital e seus meios de produção, de outro lado, uma minoria expropriada que poderia ser subdividida em diferentes categorias no que diz respeito aos padrões sociais e econômicos em que vivem.

O sistema capitalista se fundamenta nas relações econômicas e sociais em que os homens, são agentes livres para comprar tudo aquilo que satisfaça as suas necessidades. “O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador” (MARX, 1968, v. 1, parte III, capítulo VII, seção 1). Aqueles que não são donos dos meios de produção para conseguirem satisfazer suas necessidades vendem sua força de trabalho para conseguirem, ou melhor, tentar conseguir viver ou sobreviver na lógica deste sistema.

Assim, para a construção deste estudo realizamos uma pesquisa bibliográfica, a qual nos possibilite atingir o nosso objetivo de discutir que maneira estas propostas neoliberais implantadas no Brasil a partir dos anos 1990 têm impactado a Educação brasileira. Primeiramente apresentaremos uma síntese sobre a evolução do sistema capitalista, suas principais características, a concepção liberal, o Keynesianismo e a adoção das políticas neoliberais. Assim, a partir deste quadro procuraremos estabelecer relações entre as mudanças no processo produção e suas implicações nas políticas educacionais e como estas implicações, têm levado ao processo de precarização do trabalho docente. Em síntese, procuramos contribuir para o debate deste processo no campo da educação.

Procedimentos metodológicos

O estudo realizado se situa na perspectiva de tentar compreender a Educação e o Neoliberalismo do Brasil no contexto das implicações destas na profissão docente. Para tanto, foi

realizada uma pesquisa qualitativa que, segundo Gamboa (1995, p. 61), essa proporciona a “busca de novas alternativas para o conhecimento de uma realidade tão dinâmica e polifacética como a problemática estudada”.

Conforme Godoy (1995, p. 21) pode-se dizer que: “[...] hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Triviños (1987) também menciona que a pesquisa qualitativa pretende compreender uma realidade complexa, seus desejos, crenças e interesses, isto é, os acontecimentos que nela se sucedem, os quais precisam ser compreendidos como parte do todo.

Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, periódicos e atualmente com materiais disponibilizados na internet”. Assim sendo, no primeiro momento, foi realizado um levantamento sobre a literatura que aborda o tema neoliberalismo, políticas educacionais e trabalho docente. No segundo momento, realizou-se leituras sobre os temas propostos. No terceiro momento, foram analisados vários autores que abordavam algum conceito referente ao tema, acreditando que está possa nos dar subsídios a posteriori.

Buscando compreender a lógica constitutiva do sistema

No início do desenvolvimento do capitalismo, uma de suas características foi a capacidade de organização da economia através do mercado, sem a necessidade de intervenção do estado, ou seja, o mercado seria capaz de regular a economia. No entanto, com o passar do tempo ocorreram uma série de modificações e contradições na lógica do sistema que levou as grandes crises do início do século XX.

Para reorganizar a economia mundial pós “Crise de 1929” e evitar novas crises, o Estado passou a intervir na economia, exercendo influências decisivas em todas as atividades econômicas. A base teórica desta economia foi o keynesianismo, que prega a intervenção do Estado na economia. O objetivo do keynesianismo era manter o crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia, de forma suficiente para garantir o pleno emprego, mas sem excesso, pois isto provocaria um aumento da inflação e o desemprego

como algo temporário. Uma das principais medidas aceitas foi à associação do Estado fornecendo empregos aos cidadãos através de parcerias entre o governo, empresas e os consumidores, reformando o sistema econômico e governamental americano, de modo a evitar que uma recessão de recursos abalasse ainda mais a frágil economia norte-americana.

Outros órgãos estatais foram criados a fim de empregar e mexer na economia, fazendo com que a mesma se impulsionasse e se tornasse mais dinâmica, como aeroportos, hospitais, escolas, pontes e represas. Aos poucos a economia americana, junto com as demais, foi se equilibrando, de novo a paz voltava a reinar provando o que as novas teorias keynesianas eram capazes, acabando por ganhar destaque na economia capitalista.

No entanto, devemos nos atentar que como afirma Santos Filho (2001, p. 1):

A economia centralizada nunca foi base para conseguirmos a emancipação humana, pois excluiu a participação popular e trouxe um envolvimento do Estado enquanto aparelho de controle social, político e econômico. Essa ordem econômica, massificadora e familiar ao mesmo tempo, paternalizou os filiados do partido na moralidade de seus ideais, hoje questionados pela crise das sociedades pós-capitalistas.

Tais medidas remontam o chamado “Estado de Bem Estar social”, mas a intervenção do Estado da economia onerava a economia, tornava caros os processos produtivos e este novo regime acabava por entrar em crise para dar lugar a novas medidas econômicas, as chamadas medidas neoliberais.

A concepção neoliberal e o capital humano

O Neoliberalismo nada mais é que uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado por novas teorias econômicas, que pode ser entendido como um produto do liberalismo econômico.

Pensamos o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defendem a participação mínima do Estado na economia, onde deve haver total liberdade do comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Nesta concepção a propriedade privada ganha força e, mesmo que nos pareça contraditório, ocorre um maior empoderamento sobre os processos de produção, pois podemos considerar que mesmo regulamentada, ocorre uma desregulamentação dos direitos do trabalhador.

O neoliberalismo, por ser a forma mais refinada de emburguesamento, trabalha pela despolitização, desacreditando a vida política e os políticos em geral. Os sindicatos e as associações perdem sua força de barganha, são hostilizados e ridicularizados pela sociedade e por seus próprios filiados, pois entendem, que houve um esgotamento da luta de classe (SANTOS FILHO, 2001, p. 1).

O neoliberalismo defende a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada das grandes empresas estrangeiras, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a diminuição de impostos e tributos excessivos dentre outros. A teoria neoliberal propunha a utilização de políticas de oferta para aumentar a produtividade. E também indicavam que uma forma essencial para melhorar a economia local e global seria reduzir os preços e o arrocho salarial.

De acordo com Souza, ao longo do século XX e principalmente nas décadas de 1960 e 1970, aconteceram alguns movimentos teóricos que fortaleceram a ideia neoliberal da política econômica na sociedade pós-moderna, com alcances nas diversas áreas de atuação humana como na Educação, a saber:

A vertente neoliberal que retoma o liberalismo clássico surge com a escola austríaca de economia, representada por F. Hayek, o legado da escola de Chicago de M. Friedman e a Public Choice, ou escola de Virgínia. Nos anos 70, é acirrado o debate no campo educacional com a Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz, a qual enfatiza a segmentação do mercado de trabalho, a politécnica, a flexibilização e a qualidade total como fortes condicionantes da ação da Educação para o capital (SOUZA, 2007, p. 5).

Os investimentos em capital humano no processo educacional estão diretamente associados aos processos produtivos. Ou seja, tem direção para a promoção do crescimento econômico. Isto é fundamental para que possamos compreender a subjetividade da educação na atualidade. A educação deixa de ser elemento importante na incorporação do sentido do trabalho ao processo de formação humana e ganha campo no sentido econômico, mas não no sentido de formação do capital humano, e sim no interesse econômico do capital.

De acordo com Frigotto (1989, p. 39):

O conceito de capital humano, que constitui o construtor básico da economia da Educação, vai encontrar campo próprio para seu desenvolvimento no bojo das discussões sobre os fatores explicativos do crescimento econômico. A preocupação básica do nível macro-econômico é, então, a análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país.

Schultz nos aponta a necessidade de considerar o ser humano além da perspectiva de produto da política econômica e o autor defendia seu ponto de vista considerando a seguinte concepção.

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que tem-se desenvolvido nas sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido que o capital convencional (não humano), e que seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico (SCHULTZ, 1973, p. 31).

Assim, o desenvolvimento educacional considerando a gestão, administração e formação humana e tão desejada formação para o trabalho como estabelecido na Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB 9394/9 (BRASIL, 1996), precisa estar estruturada em bases sociais macroeconômicas sólidas para que a política educacional encontre condições efetivas de consolidação e seja contextualizada ao processo de crescimento econômico. No entanto, é extremamente complexo reconstruir as bases sociais, culturais e produtivas da sociedade que hoje se relacionam diretamente com a Educação e o conceito de capital humano nos caminhos do modelo político neoliberal.

É no espaço da escola, por meio da determinação de políticas públicas educacionais, que se faz necessário pensar a lógica do neoliberalismo e suas implicações sociais. Como aponta Santos (2004, p. 80) “[...] a Educação e a escola constituem uma das condições de produção e reprodução da força de trabalho, portanto faz-se necessário compreender os processos econômicos, sociais e políticos que determinam os processos educativos e escolares”.

Ao analisarmos a evolução dos modelos de produção podemos caminhar numa mesma direção em relação ao processo de ensino e aprendizagem. A concepção de Educação nos governos neoliberais buscam adequar os processos de ensino às necessidades do mercado, como anteriormente se pensarmos a Educação tecnicista no modelo fordista baseado nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade na concepção de obtenção de máximo resultado com o mínimo de dispêndios, ou suas adequações no modelo pós-fordista. Agora vão ser retomados nas empresas e nas escolas sob a lógica das competências.

Políticas educacionais e a precarização do trabalho docente

Se considerarmos as inúmeras pesquisas que tem sido desenvolvidas no âmbito da Educação, poderíamos até considerar que o Brasil acordou para a importância da Educação, sendo que, no âmbito das políticas públicas, a atuação do governo a partir dos anos 1990 é de expansão de todos os níveis de ensino, além da implementação de políticas de avaliação e controle da qualidade.

Percebemos também, que o interesse nos discursos políticos, ganham cada vez mais força, mesmo a população sabendo que este não tenha nada de novo. Mesmo assim a sociedade civil tem demonstrado maior interesse, sendo que já consegue perceber na escolarização uma via para a melhoria da qualidade de vida, ou seja, na necessidade de formação do capital humano.

A fase atual, denominada globalização, é, na verdade, a nova fase de internacionalização do capital. O processo produtivo passa por mudanças que por sua vez remetem a mudanças nas políticas de formação dos trabalhadores em especial no que se refere à Educação. Segundo Saviani, o controle decisivo se desloca do processo para os resultados:

O empenho em introduzir a “pedagogia das competências” nas escolas e nas empresas moveu-se pelo intento de ajustar o perfil dos indivíduos, como trabalhadores e como cidadãos, ao tipo de sociedade decorrente da reorganização do processo produtivo. Por isso, nas empresas busca-se substituir o conceito de qualificação pelo de competência e, nas escolas, procura-se passar do ensino centrado nas disciplinas de conhecimento para o ensino por competências referidas a situações determinadas. Em ambos os casos o objetivo é maximizar a eficiência, isto é, tornar os indivíduos mais produtivos tanto em sua inserção no processo de trabalho como em suas participações na vida da sociedade (SAVIANI, 2011, p. 167).

Na fase atual da acumulação, palavras como qualidade total, excelência, competência, tecnologias, modernização dentre outras, são palavras de ordem dentro de uma empresa e este discurso tem se afinado cada vez mais na escola, mais uma vez faz-se necessário um ajuste entre o modelo neoliberal à Educação.

Na lógica do discurso neoliberal, a Educação deixa de ser campo social e político para inserir se no mercado. Agora, em um nível maior do que o ocorrido em outras etapas do processo de acumulação, pois anteriormente, as políticas públicas centravam-se no desenho de formar o profissional que atendesse as demandas do mercado de trabalho. Agora a Educação é a mercadoria da vez e cada vez mais, são maiores os investimentos que partem do público para o privado no que diz respeito às políticas públicas educacionais.

Para melhor compreendermos os impactos das medidas neoliberais e como se dá o processo de precarização do trabalho docente nas últimas décadas é necessário lançarmos um

olhar sobre o cenário político brasileiro e das políticas públicas educacionais iniciadas a partir dos anos 1990. De acordo com Oliveira (2009), podemos ter como ponto de partida o Plano Real. O governo brasileiro busca a estabilidade econômica e neste caminho alguns elementos vão se constituindo tanto no quadro socioeconômico brasileiro através da política de privatizações, de um modelo de gestão das políticas sociais assentados na descentralização. A Educação no discurso das prioridades tem como foco o Ensino Fundamental. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ocorre uma reestruturação do ensino no Brasil, nos aspectos relativos à organização escolar, na redefinição dos currículos, nos processos de avaliação, na gestão e no financiamento.

As mudanças ocorrem sem grandes transformações a partir do governo de Fernando Henrique para o governo Lula. No entanto, alguns elementos ganham força no discurso político, como exemplo, as políticas sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis da população, programas assistenciais ou compensatórios; tais medidas vão ganhando novos contornos. Na educação mantêm-se as reformas do governo anterior e são lançados programas específicos.

Segundo Oliveira (2009), destaca-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE – 2007) em síntese podemos destacar:

- Conjunto de programas (da Educação Básica ao Ensino Superior);
- Parceria com governos locais;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- Eixos de ação;
- Compromisso todos pela Educação;
- Programa Brasil Alfabetizado;
- Ensino profissional e tecnológico;
- Ensino Superior – ampliação das vagas nas Ifes; Prouni; Financiamento estudantil (Fies); Reuni.

No Ensino Superior ocorre uma reposição do quadro docente e ampliação de vagas para estudantes, mudanças na carga horária e aumento do número de alunos. A educação a distância ganha campo e status com o objetivo de adequar a educação brasileira às novas tecnologias do mercado. Podemos perceber que a conexão com o mercado e, mais amplamente, a conversão da educação em um mercado.

[...] expansão da Educação superior pela via privada introduziu nas IES públicas uma tendência – cada vez mais predominante – de mercantilização do trabalho docente materializada, por exemplo, no crescimento dos cursos de pós-graduação lato sensu pagos (BOSI, 2007, p. 1507).

O financiamento da Educação se dá a partir da Emenda Constitucional n. 53, de 19/12/2006 – com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Posteriormente com a ampliação do FUNDEF instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997, sendo implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O ensino obrigatório também se amplia, pois a obrigatoriedade legal é a educação básica que até então se referia ao Ensino Fundamental, agora passa a ser constituída até o Ensino Médio.

As mudanças no campo educacional brasileiro apresentam estreitas relações com as medidas neoliberais. As decisões políticas nunca são ingênuas, pelo contrário, são carregadas de intencionalidades e atendem sempre a determinados interesses. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que estrutura a administração declara princípios e procedimentos, regulamenta o currículo, o tempo de escolaridade, o ano escolar, os conteúdos programáticos apresenta um caráter neoliberal desde a sua essência. Primeiro, ao repassar para o Estado e Município a responsabilidade pelo Ensino Fundamental que deve ser prioridade, cabendo ao município à responsabilidade pela Educação Infantil, claro nesta medida a descentralização dos poderes e das responsabilidades. Na LDB, fala-se da autonomia nos processos de gestão e planejamento para as unidades de ensino, na prática os elementos de controle e fiscalização continuam centralizados nas mãos do Estado – Avaliações sistêmicas, Livro Didático, processos de formação, criação de matrizes curriculares nacionais. Por outro lado descentraliza o financeiro - infraestrutura, merenda, transporte.

De acordo com Marim, o termo Precarização do Trabalho Docente:

Refere-se a mudanças marcadas por características com conotações negativas no conjunto do exercício da função docente. Decorre do uso de características mais gerais da precarização do trabalho, oriundas da formulação feita por Pochmann (1999), portanto termo oriundo da área acadêmica das Ciências Sociais. Esse autor analisa o mercado de trabalho identificando variáveis surgidas em decorrência da expansão do

neoliberalismo que teve repercussões regulamentadoras em vários países, incluindo o Brasil (2010, p. 87).

O trabalho docente vai sofrer diretamente o impacto destas medidas. Os efeitos das políticas neoliberais têm chegado cada vez mais às escolas e têm apresentado consequências que, na maioria das vezes, não são discutidas pela sociedade e principalmente dentro do espaço escolar. E tais medidas vão levando a um processo de precarização do trabalho docente.

E como afirma Bosi:

As pesquisas sobre as mudanças no mundo do trabalho constituíram um campo temático multidisciplinar bastante rico. No caso do trabalho docente, a sociologia, o serviço social, a saúde e a Educação, principalmente, têm esclarecido sobre as diversas dinâmicas de precarização vivenciadas na docência do Ensino Fundamental e Médio e na formação de professores, revelando como a reestruturação produtiva atingiu o fazer dos professores (2007, p. 154).

A partir da perspectiva, da escola e do docente, como componentes de uma organização de trabalho e que nos últimos tempos tem sofrido uma série de mudanças, é que podemos perceber que estas mudanças têm levado à docência a um processo de precarização do trabalho. Diante de tantas transformações quais são as condições de trabalho deste profissional?

Bourdieu (1998) assinala quais são os efeitos que a ordem produtiva pode acarretar no mundo do trabalho. Segundo o autor, “a precariedade está hoje por toda a parte”, tanto no setor privado quanto no setor público, pois o que se impera nas relações de produção são formas temporárias e internas típicas do modelo de acumulação flexível.

As reformas educacionais ocorridas nos anos 1990 tiveram como base “Educação para a equidade social”, ou seja, no sentido de diminuir as desigualdades sociais. A escola deveria preparar o aluno com as competências e habilidades para o mercado de trabalho.

Essas mudanças, segundo Oliveira (2004, p. 1130):

[...] repercute diretamente na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino. Trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais e que tem se assentado nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, importando, mais uma vez, das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico.

Nessa nova concepção de “Educação para todos” a atividade docente passa a extrapolar demasiadamente a sua área de formação. O professor é obrigado a desempenhar diferentes funções em âmbito social, ou seja, atividades além do processo de desenvolvimento da

aprendizagem, passando a ser psicólogo, assistente social, muitas vezes o papel da Educação não escolar, voluntariado, comunitarismo (Amigos da Escola). A intensificação do trabalho docente se dá também via aumento de serviços burocráticos, além dos planejamentos diários, provas, correções, trabalho nunca visto conceituado por alguns autores como “trabalho invisível”, surgem uma série de novas exigências, relatórios e uma série de papéis a serem preenchidos. Os trabalhadores da Educação passam a conviver com um cansaço crônico em função de uma carga excessiva de trabalho.

Outro aspecto importante da precarização do trabalho docente pode ser relacionado ao arrocho salarial sofrido pela categoria. Para melhorar sua renda, o professor acumula um número cada vez maior de aula, incluindo a rede pública estadual e/ou municipal e ainda, muitas vezes, a rede particular. Em alguns casos os professores ainda incluem atividades complementares como vendedores, por exemplo, para aumentarem sua renda. Os baixos salários também exercem outro papel importante no processo de precarização do trabalho, afasta os bons professores que acabam por buscar outras profissões e ainda afastam o sonho de criança de meninas e meninos de ser professor.

Oliveira (2004, p. 1140) destaca que na

[...] flexibilização das relações de trabalho, o trabalho docente também deve ser pensado no interior desse movimento uma vez que O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, havendo, em alguns estados, os numerosos correspondentes aos trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriundas dos processos de reforma do aparelho do Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precarização de emprego o magistério público.

Nesse sentido, a precarização do trabalho docente compartilha com a ausência de controle do trabalhador sobre o processo de produção, pela perda da autonomia do trabalhador que deixa de ser dono do seu trabalho, pela perda de controle daquilo que faz e de como realiza o seu trabalho.

Fidalgo, Faria e Mendes, ao partirem da premissa da proletarização docente, destacam que tem ocorrido uma

[...] hierarquização na organização do processo de trabalho escolar através da separação entre concepção e execução; a perda de autonomia por parte dos docentes; a excessiva regulamentação do ensino; a perda de controle sobre o processo e sobre o produto do trabalho; a simplificação do trabalho docente a rotinas preestabelecidas; a degradação das condições de trabalho; e o achatamento salarial (2008, p. 66).

A desprofissionalização docente percorre caminhos diversos, desde a necessidade da criação de cursos de formação continuada, para a qualificação de tantos não professores que estão na sala de aula hoje, como também no discurso da formação continuada como forma de valorização do trabalho docente.

Oliveira chama a atenção para uma característica marcante no trabalho docente:

A ideia de que o que se faz na escola não é assunto de especialista, não exige um conhecimento específico, e, portanto, pode ser discutido por leigos, e as constantes campanhas em defesa da escola pública que apelam para o voluntariado contribuem para um sentimento generalizado de que o profissionalismo não é o mais importante no contexto escolar (2004, p. 38).

Em Minas Gerais, como em outros estados do Brasil, as mudanças no que dizem respeito às diretrizes educacionais se deram via o chamado “Choque de gestão”, uma medida que no discurso defendia a necessidade de reduzir as despesas do governo e tornar a administração mais eficiente, no entanto este processo se deu à custa de maior exploração do trabalho docente.

As medidas de natureza econômico-administrativa, que têm por objetivo a racionalização dos serviços e o controle dos gastos relativos à gestão de pessoal, como as que estão sendo implementadas pela atual gestão da REE/MG, que vem definindo sua atuação, pelo Programa “Choque de Gestão”, interferem nas condições de trabalho dos professores, no funcionamento das escolas e na organização pedagógica. As medidas definem limites, estabelecem restrições, a que as escolas devem se submeter ao realizar o trabalho pedagógico. Desta forma, a própria organização do trabalho acaba sendo um dos fatores da precarização do trabalho do professor (AUGUSTO, 2005 p. 5).

A autora chama atenção para as seguintes características e orientações das diretrizes educacionais no Estado de Minas Gerais:

- O sistema de avaliação SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação;
- A grande preocupação com os resultados do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
- As escolas não devem medir esforços para recuperar alunos, sanar as dificuldades de aprendizagem e evitar ao máximo a retenção;
- As escolas são incentivadas a buscar parcerias para desenvolver projetos educativos;
- As mudanças na forma de remuneração do trabalhador da Educação o “Subsídio”.

Ao analisarmos estas e outras mudanças adotadas no Estado de Minas Gerais, podemos dizer que contribuíram efetivamente para o quadro atual de precarização do trabalho docente. Nota-se um desestímulo do professor, não existindo um quadro atual de perspectivas de

melhoras. Os resultados das avaliações são vistos como uma forma de punição, tanto para a escola e mais ainda para o professor. A preocupação com os resultados não permite ao professor desenvolver um trabalho pedagógico eficaz comprometido com um real processo de aprendizagem. As condições de trabalho e as condições da escola não permitem ao professor desempenhar de maneira eficiente seu trabalho. Percebe-se claramente uma transferência de responsabilidades para a escola. E ainda, as mudanças na política salarial destruíram a carreira do magistério.

Considerações transitórias

Neste estudo, buscamos apresentar alguns elementos que representem a realidade atual do trabalho docente. Percebemos que o quadro atual resulta de um processo que coincide com a evolução da organização dos processos de produção do modo capitalista. As transformações ocorridas na esfera do trabalho, desde a flexibilização dos processos de produção e da adoção de medidas neoliberais em esfera global e em particular no Brasil nas últimas décadas impactaram efetivamente na precarização do trabalho docente. Estas mudanças se iniciaram a partir das reformas educacionais ocorridas no Brasil a partir dos anos 1990 no governo Fernando Henrique Cardoso e prosseguiram com um discurso mais social no governo Lula e governo Dilma.

O que se percebe é que é cada vez maior o discurso do papel que a Educação e em especial o professor tem a desempenhar na construção da sociedade do futuro. No entanto, as condições de trabalho do professor não têm contribuído para que esta proposta seja exitosa, pelo contrário tem contribuído para a sua desqualificação.

Estes profissionais têm-se deparado com realidades distintas e difíceis, para conseguirem sobreviver à lógica deste sistema, onde se desdobram em jornadas exaustivas de trabalho em diferentes turnos e com salários depreciados, a Lei do Piso Nacional do Magistério não sai do papel, não é respeitada na maioria dos estados do Brasil. Os contratos temporários de trabalho também são realidade de muitos estados, muitas vezes ultrapassam o número de professores concursados. A valorização do magistério não consegue sair do discurso e alcançar os níveis desejáveis do professorado.

Além disso, como o Estado não tem respostas para a situação atual, a qualidade da Educação é comprometida e o professor é responsabilizado por não conseguir atingir as metas. O

número de professores doentes é cada vez maior, com afastamentos por problemas de saúde; também é elevado o número de professores que desistem da profissão. Podemos perceber também a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias provenientes das reformas do Estado.

E como afirma Nóvoa (2014), a escola e os professores não podem suprir a ausência de outras instâncias sociais e familiares no processo de educar gerações mais novas. Ninguém pode carregar nos ombros missões tão vastas como aquelas impostas aos professores e que ele próprios por vezes se atribuem.

Referências

- AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. As reformas educacionais e o “Choque de Gestão”: a precarização do trabalho docente. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 28., 2005, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005. Disponível em: <<http://reuniao.anped.org.br/textos/gt09/gt09227int.rtf>>. Acesso em: 26 jun. 2015.
- BOSI, P. A. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 26 jun. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.
- FIDALGO, S. R.; FARIA, Lidiane Xavier de; MENDES, Eliandra da Costa. Profissionalização docente e relações de trabalho. **Revista Extra-Classe**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, ago. 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- GAMBOA, Silvio S. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1CDROM
- MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v. 1, parte III, capítulo VII. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapitalv1/vol1cap07.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2016.
- NOVOA, Antônio. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. In: SOUZA, R. T. D.; SARTI, M. F. (Org.). **Mercado de formação docente: constituição, funcionamento e dispositivos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.
- Quaestio, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 145-159, abr. 2017.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAAE**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 197-209, maio/ago. 2009.

SANTOS, O. J. Reestruturação capitalista: educação e escola. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 79-89, jan./jul. 2004.

SANTOS FILHO, João dos. Neoliberalismo: lógica do irracionalismo, ensaio sociológico sobre o neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Paraná, v. 1, n. 6, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/006/06joao.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

SAVIANI, D. Demerval Saviani: pesquisador, professor e educador. In: VIDAL, G. D. (Org.) **Perfis da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SCHULTZ, T. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

SOUZA, Lisandra Amaral de. O projeto neoliberal de Educação: os reflexos da violência econômica. In: CEMARX - Colóquio Internacional Marx Engels, 5., 2007, Unesp. **Anais...** Marília: RET, 2007. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodo trabalho/lisandraamaralsouza.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodo%20trabalho/lisandraamaralsouza.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

Weliton Martins da Silva - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria | RS | Brasil. Contato: welitongeo@gmail.com

Cassiano Telles - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria | RS | Brasil. Contato: telleshz@yahoo.com.br

Luiz Gilberto Kronbauer - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria | RS | Brasil. Contato: gilberto.kronbauer@gmail.com

Artigo recebido em: 5 fev. 2016 e
aprovado em: 30 ago. 2016.